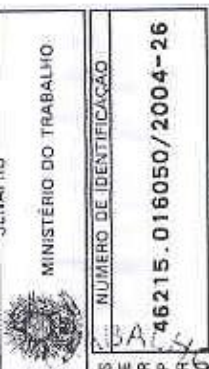


# SINDPD-RJ

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS E  
ÓRGÃOS PÚBLICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS,  
SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E  
SIMILARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
C.G.C. 29.183.910/0001-39  
FUNDADO EM 04/06/85 RECONHECIDO EM 20/02/86

# SEPRORJ

SINDICATO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA DO ESTADO DO RIO  
DE JANEIRO  
C.G.C. 31.603.145/0001-00  
FUNDADO EM 04/06/87 RECONHECIDO EM 27/01/88



**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO ENTRE O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS E ÓRGÃOS PÚBLICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E SIMILARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DORAVANTE DENOMINADO SINDPD-RJ, E O SINDICATO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, DORAVANTE DENOMINADO SEPRORJ, PARA VIGIR NO PERÍODO DE 01 DE SETEMBRO DE 2003 A 31 DE AGOSTO DE 2005, MEDIANTE AS SEGUINTE CLÁUSULAS:**

## CLÁUSULA 1ª - ABRANGÊNCIA:

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrange e aplica-se a todas as Empresas prestadoras de serviços ou de mão de obra, de qualquer natureza, ligadas à área de informática, incluindo-se as que mantiverem contratos de terceirização para prestação de serviços relacionados à categoria; bem como aos Empregados representados pelos Sindicatos convenientes em todo o Estado do Rio de Janeiro, ajustando as condições a seguir elencadas:

## CLÁUSULA 2ª - CUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO:

O SEPRORJ e o SINDPD-RJ manterão esforços conjuntos, no acompanhamento perante as empresas, quanto ao fiel cumprimento do inteiro teor da presente convenção.

## CLÁUSULA 3ª - DO PAGAMENTO DO PASSIVO:

O passivo gerado poderá ser pago da seguinte forma:

§ 1º: Para as empresas que ainda não procederam, a título de antecipação, o pagamento do reajuste salarial nos valores previstos nesta convenção, fica assegurado o direito de parcelar o pagamento dessas diferenças, devidas nos meses de setembro, outubro, novembro, dezembro de 2003, janeiro, fevereiro e março de 2004 da seguinte forma:

1. 25% das diferenças devidas, deverá ser paga na folha de abril /04;
2. 25% das diferenças devidas, deverá ser paga na folha de maio /04;
3. 25% das diferenças devidas, deverá ser paga na folha de junho /04;
4. 25% das diferenças devidas, deverá ser paga na folha de julho/04.
5. as diferenças por ventura devidas a título de 13º salário, deverão ser pagas na folha de abril de 2004.

§ 2º: Para as empresas que ainda não procederam ao reajuste do Auxílio Refeição previsto na cláusula 8ª da presente Convenção Coletiva de Trabalho, fica assegurado o direito de parcelar o pagamento dessas diferenças, devidas nos meses de setembro, outubro, novembro, dezembro de 2003, janeiro, fevereiro, março e abril de 2004 da seguinte forma:

Av. Presidente Vargas, 502 - 12º andar - Centro  
Rio de Janeiro - CEP: 20.071-000  
Tel: (21) 2516-2620 Fax: (21) 2516-5668  
http: www.sindpd.org.br E-mail: sindpd@sindpd.org.br

Rua Buenos Aires, 68 - 3º andar - Centro  
Rio de Janeiro - CEP: 20070-020  
Tel: (21) 39745000 Fax: (21) 39745016  
http: www.seprorj.org.br E-mail: direcao@seprorj.org.br

# SINDPD-RJ

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS E  
ÓRGÃOS PÚBLICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS,  
SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E  
SIMILARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
C.G.C. 29.183.910/0001-39  
FUNDADO EM 04/06/85 RECONHECIDO EM 20/02/86

# SEPRORJ

SINDICATO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA DO ESTADO DO RIO  
DE JANEIRO  
C.G.C. 31.603.145/0001-00  
FUNDADO EM 04/06/87 RECONHECIDO EM 27/01/88

A)

1. 20% das diferenças devidas, deverá ser paga na folha de abril /04;
2. 20% das diferenças devidas, deverá ser paga na folha de maio /04;
3. 20% das diferenças devidas, deverá ser paga na folha de junho /04;
4. 20% das diferenças devidas, deverá ser paga na folha de julho/04;
5. 20% das diferenças devidas, deverá ser paga na folha de agosto/04.

ou

B) Pagamento do passivo total apurado na folha do mês de agosto/04

§ 3º: Quando ocorrer demissão antes da quitação dos passivos previstos na presente, a mesma se dará por ocasião da homologação da demissão.

## CLÁUSULA 4ª - VIGÊNCIA:

A vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho é de 2 (dois) anos, com início em 1º de setembro de 2003 e término em 31 de agosto de 2005; exceto quanto aos percentuais de reajuste das seguintes cláusulas: reajuste salarial; pisos salariais; auxílio refeição; benefício indireto; despesas funerárias; multa pelo descumprimento da convenção; contribuição para fortalecimento do sindicato laboral e a tabela prevista na cláusula 42ª da presente CCT, que deverão ser atualizadas em 31 de agosto de 2004.

**Parágrafo Único:** Ao término do prazo estabelecido no caput desta cláusula, o presente acordo será prorrogado por 90 (noventa) dias. Novas prorrogações poderão ser celebradas mediante expressa e formal concordância entre as partes.

## CLÁUSULA 5ª - AVALIAÇÃO DE CENÁRIOS:

O SEPRORJ e o SINDPD-RJ reunir-se-ão, extraordinariamente, sempre que solicitado por uma das partes e, ordinariamente, a cada 6 (seis) meses, a partir da vigência desta Convenção, com vistas a analisar conjuntamente os cenários de aplicação das cláusulas pactuadas e outras condições que desejem acordar, avaliando o quadro econômico e produtivo, geral e das empresas, as perspectivas de desenvolvimento, a produtividade e a qualidade, os processos de reestruturação, as inovações tecnológicas e a organização do trabalho, podendo convencionar modificações e aprimoramentos.

**Parágrafo Único:** As pautas das reuniões ordinárias deverão ser enviadas pelas partes com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência.

## CLÁUSULA 6ª - REAJUSTE SALARIAL:

A partir de 01 de setembro de 2003, os salários-básicos serão reajustados no percentual de 10% (dez por cento) sobre os salários-básicos de setembro de 2002.

§ 1º: Para os trabalhadores que ingressaram entre outubro de 2002 e agosto de 2003, os salários de ingresso deverão ser reajustados de forma pro-rata, aplicando-se os seguintes índices:

Ingresso no mês de outubro/2002.....	9,13%
Ingresso no mês de novembro/2002.....	8,33%
Ingresso no mês de dezembro/2002.....	7,50%
Ingresso no mês de janeiro/2003.....	6,67%

Av. Presidente Vargas, 502 - 12º andar - Centro  
Rio de Janeiro - CEP: 20.071-000  
Tel: (21) 2516-2626 Fax: (21) 2516-5668  
http://www.sindpd.org.br e-mail: sindpd@sisindpd.org.br

Rua Buenos Aires, 88 - 32º andar - Centro  
Rio de Janeiro - CEP: 20070-020  
Tel: (21) 3973-0001 Fax: (21) 3973-6016  
http://www.seprorj.org.br e-mail: direcao@seprorj.org.br

# SINDPD-RJ

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS E  
ÓRGÃOS PÚBLICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS,  
SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E  
SIMILARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
C.G.C. 29.183.910/0001-39  
FUNDADO EM 04/06/85 RECONHECIDO EM 20/02/86

# SEPRORJ

SINDICATO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA DO ESTADO DO RIO  
DE JANEIRO  
C.G.C. 31.603.145/0001-00  
FUNDADO EM 04/06/87 RECONHECIDO EM 27/01/88

Ingresso no mês de fevereiro/2003.....	5,83%
Ingresso no mês de março/2003.....	5,00%
Ingresso no mês de abril/2003.....	4,17%
Ingresso no mês de maio/2003.....	3,33%
Ingresso no mês de junho/2003.....	2,50%
Ingresso no mês de julho/2003.....	1,67%
Ingresso no mês de agosto/2003.....	0,83%

§ 2º: Considera-se para o cálculo apresentado no parágrafo primeiro acima, o mês imediatamente posterior ao ingresso do empregado, quando esse tiver ocorrido após o dia 16 (dezesesseis), nos meses de 30 dias e após o dia 17 (dezesete), nos meses de 31 dias.

§ 3º: Serão compensadas do conjunto dos índices de reajuste definidos nesta Cláusula, todas as antecipações salariais espontâneas, com exceção dos aumentos decorrentes de promoção, transferência, equiparação salarial, implemento de idade, término de aprendizagem e Plano de Cargos, nos termos da Instrução Normativa nº 1 do C. TST.

## CLÁUSULA 7ª - PISOS SALARIAIS:

A partir de 1º de setembro de 2003, não poderão ser praticados nas empresas do setor, salários inferiores aos pisos abaixo relacionados:

**Piso Salarial de Atividade Meio - R\$ 264,00**

**Piso Mínimo Profissional:**

**Digitador - R\$ 462,00**

**Técnico Profissional de Informática - R\$ 497,20**

**Analista de Sistemas - R\$ 650,00**

§ 1º: Os pisos referenciados no *caput* desta cláusula equivalem à jornada normal de cada função. Jornadas reduzidas terão seus pisos reduzidos proporcionalmente, observando-se os termos da lei.

§ 2º: O piso salarial de **atividade meio** será aplicável tão-somente aos empregados que exerçam funções internas administrativas, tais como: assistente/auxiliar administrativo, secretária, office-boy, copeira, servente, almoxarife e congêneres; e/ou serviços técnicos diferenciados daqueles entendidos como digitador ou técnico profissional de informática, que para sua execução, necessitem de orientação de um técnico, compreendidos como atividade-meio da empresa.

§ 3º: Entende-se por **digitador** o profissional que exerça as atividades de inserção, transcrição e conferência de dados através de digitação e/ou redigitação em equipamentos de informática, em que o mesmo permaneça durante toda a sua jornada de trabalho, nas respectivas tarefas.

§ 4º: Entende-se por **técnico profissional de informática**, o trabalhador que exerça função na qual haja uso de conhecimento e/ou de tecnologia da informação, diretamente ligadas as atividades fim da empresa, quais sejam: desenvolvimento, licenciamento e suporte de software, manutenção técnica de hardware, treinamento em informática, consultoria técnica em informática, processamento de dados, provimento de acesso, conteúdo ou aplicação de internet e serviços técnicos correlatos baseados em tecnologia da informação.

§ 5º: Entende-se por **Analista de Sistema**, o trabalhador que exerça função na qual especifique e/ou desenvolva projetos de tecnologia da informação, possuindo curso superior completo.

# SINDPD-RJ

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS E  
ÓRGÃOS PÚBLICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS,  
SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E  
SIMILARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
C.G.C. 29.183.910/0001-39  
FUNDADO EM 04/06/85 RECONHECIDO EM 20/02/86

# SEPRORJ

SINDICATO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA DO ESTADO DO RIO  
DE JANEIRO  
C.G.C. 31.603.145/0001-00  
FUNDADO EM 04/06/87 RECONHECIDO EM 27/01/88

§ 6º: Aos trabalhadores alocados nos clientes da empresa, em face de contratos de terceirização ou prestação de serviços, somente poderão ser praticados os salários normativos do caput desta cláusula, denominados "digitador" e "técnico profissional de informática", ressalvados os casos descritos no parágrafo 7º.

§ 7º: Independentemente da denominação do cargo e/ou função ocupado, a todos os trabalhadores alocados nos clientes da empresa, que por força de contratos de terceirização ou prestação de serviços em bancos ou qualquer outro ambiente de instituições financeiras no Estado do Rio de Janeiro, desenvolvam serviços de tratamento de documentos oriundos de envelopes do caixa rápido, tratamento de imagens, malotes de clientes, digitação de documentos não capturados pelo sistema de automação bancária, conferência de listagens, manuseio e arquivamento de documentos, não poderá ser aplicado piso salarial inferior ao de "digitador" estabelecido no caput da presente cláusula, assegurada a proporcionalidade correspondente a jornada de trabalho diferenciada, e a legislação ordinária vigente.

§ 8º: As Empresas poderão ajustar com seus empregados o pagamento de salário por hora ou diário, tendo por base os respectivos pisos normativos fixados na presente cláusula ou por seus próprios salários.

## CLÁUSULA 8ª - AUXÍLIO REFEIÇÃO:

A empresa fornecerá a seus empregados tickets para auxílio-refeição, ou em outras formas previstas em lei, proporcionais à jornada contratual de trabalho.

§ 1º: As empresas com mais de 40 (quarenta) empregados deverão praticar os seguintes valores: o valor de cada ticket é de R\$ 9,10 (nove Reais e dez centavos) para empregados com jornada de 8 (oito) horas diárias, R\$ 6,82 (seis Reais e oitenta e dois centavos) para empregados com jornada de 6 (seis) horas diárias e em valores proporcionais nos casos em que exceda a jornada de 15 (quinze) horas semanais.

§ 2º: O benefício previsto no caput desta cláusula poderá ser concedido opcionalmente na modalidade de ticket alimentação, desde que haja expressa e formal manifestação do empregado e concordância do empregador, respeitando-se os critérios desta cláusula.

§ 3º: Será fornecido um ticket para cada dia de efetivo trabalho no mês da respectiva utilização. Caso sejam fornecidos tickets para dias não trabalhados, estes serão descontados no mês subsequente.

§ 4º: As empresas, desde que tenham local apropriado, poderão fornecer refeições prontas diariamente aos seus empregados, caso em que se considerará, para todos os efeitos legais, cumprida a concessão do benefício estipulado no caput desta Cláusula.

§ 5º: A distribuição dos tickets aos empregados não poderá ultrapassar o 5º (quinto) dia útil do mês da respectiva utilização, ressalvadas as situações mais favoráveis aos empregados.

§ 6º: Na ocorrência de trabalho extraordinário no mesmo dia, ou fora dos dias habituais, superior a metade da jornada, será fornecido 1 (um) ticket de valor correspondente ao devido pela jornada normal de trabalho.

§ 7º: As empresas poderão fornecer o benefício acima previsto, diretamente com pagamento na folha de salários de seus empregados, caso em que se considerará, para todos os efeitos legais, cumprida a concessão estipulada no caput desta cláusula.



# SINDPD-RJ

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS E  
ÓRGÃOS PÚBLICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS,  
SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E  
SIMILARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
C.G.C. 29.183.910/0001-39  
FUNDADO EM 04/06/85 RECONHECIDO EM 20/02/86

# SEPRORJ

SINDICATO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA DO ESTADO DO RIO  
DE JANEIRO  
C.G.C. 31.603.145/0001-00  
FUNDADO EM 04/06/87 RECONHECIDO EM 27/01/88

§ 8º: Em qualquer das modalidades em que for concedido o benefício previsto no caput desta cláusula, os empregados serão descontados em seus salários em até 1,1% do valor do benefício concedido, devidamente discriminado em rubrica própria no contracheque. Os valores despendidos em qualquer das modalidades acima descritas, ou seja, em tiquete, alimento pronto ou em dinheiro, não terão em nenhuma hipótese, caráter remuneratório, não se integrando ao salário do empregado seja como salário in natura, utilidade ou outro qualquer, para nenhum fim de direito, nos termos da OJ-SDI 133.

§ 9º: As empresas, poderão, mediante requisição formal de cada empregado, acrescentar o valor devido em tiquete refeição que trata essa cláusula, na verba de benefícios indiretos.

§ 10º: Somente a partir do depósito da presente convenção, as empresas com até 40 (quarenta) empregados poderão, ainda, optar pela concessão do benefício previsto no parágrafo primeiro com redução de 50% (cinquenta por cento) do valor fixado, correspondente a cada jornada, ou pela sua interrupção, casos em que serão devidos os seguintes abonos indenizatórios a favor do empregado, referente ao período de abril/04 a agosto/05:

I - Para as empresas que optarem pela redução de 50% do valor facial do tiquete será devido o pagamento de R\$ 435,00 (quatrocentos e trinta e cinco Reais) para jornada de 8 (oito) horas e R\$ 321,00 (trezentos e vinte e um Reais) para as jornadas de 6 (seis) horas.

II - Para as empresa que optarem pela interrupção do fornecimento do tiquete será devido o pagamento de R\$ 962,00 (novecentos e sessenta e dois Reais) para jornada de 8 (oito) horas e R\$ 711,00 (setecentos e onze Reais) para as jornadas de 6 (seis) horas.

- A. O disposto nos parágrafos anteriores permanecem em vigor, nos que lhe for compatível, nos casos de fornecimento do tiquete com a redução de 50% (cinquenta por cento).
- B. Caberá as empresas estabelecer os critérios de concessão dos abonos indenizatórios estipulados no presente, os quais poderão ser parcelados em até quatro parcelas consecutivas a partir do mês subsequente ao da opção; devendo, independentemente dos critérios utilizados, ser procedida rubrica específica em folha de pagamento ("abono indenizatório previsto na cláusula 8ª, § 10º da CCT 2003/2005") e a formal comunicação aos empregados.

§ 11º: As empresas que venham a se enquadrar nos termos da presente convenção fica facultada a escolha do modo de fornecimento do tiquete (pagamento total, parcial ou interrupção), não cabendo o pagamento do abono indenizatório previsto no parágrafo 10º, mediante comprovação da guia de recolhimento da contribuição sindical laboral.

## CLÁUSULA 9ª - BENEFÍCIOS INDIRETOS:

As empresas, a partir de abril de 2004, concederão a todos os empregados, individualmente, benefícios indiretos equivalentes ao valor mínimo de R\$ 91,30 (noventa e um Reais e trinta centavos) mensais para jornada de 8 horas diárias; de R\$ 68,48 (sessenta e oito Reais e quarenta e oito centavos) mensais para jornada de 6 horas diárias, e em valores proporcionais nos casos em que exceda a jornada de 15 (quinze) horas semanais.

§ 1º: Estão obrigadas ao cumprimento da presente empresas que possuam acima de 40 empregados.

§ 2º: O pagamento destes benefícios se obterá pela contratação, à escolha da empresa, de quaisquer dos benefícios listados no § 4º desta Cláusula.

§ 3º: Será permitida a combinação de mais de um benefício, preservando-se no seu conjunto, sempre o valor mínimo previsto no caput desta Cláusula, como também será permitida a

# SINDPD-RJ

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS E  
ORGÃOS PÚBLICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS,  
SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E  
SIMILARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
C.G.C. 29.183.910/0001-39  
FUNDADO EM 04/06/85 RECONHECIDO EM 20/02/86

# SEPRORJ

SINDICATO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA DO ESTADO DO RIO  
DE JANEIRO  
C.G.C. 31.603.145/0001-00  
FUNDADO EM 04/06/87 RECONHECIDO EM 27/01/88

distribuição de benefícios diferenciados entre os beneficiários, não constituindo, tais escolhas, fundamento para qualquer ação judicial de isonomia.

§ 4º: A Lista de Benefícios Indiretos passa a ser a seguinte:

- a) Seguro de Assistência Médico-Hospitalar;
- b) Seguro para Assistência Odontológica;
- c) Auxílio-Formação;
- d) Tiquete Alimentação (compras em supermercado);
- e) Fornecimento de Cesta-Básica;
- f) Ampliação do valor-hora do tiquete refeição e/ou alimentação.

I) Entende-se como auxílio- formação: formação em nível fundamental, médio, superior, pós-graduação e de extensão. Poderão ainda substituir o benefício citado por, no mínimo, 120 horas de capacitação no ano ou carga horária proporcional aos meses trabalhados.

II) O benefício previsto na alínea "c" deste parágrafo deverá ser fornecido dentro da programação de treinamento da empresa ou iniciando-se no máximo até o primeiro dia útil de outubro de 2004.

III) Para efeito do cumprimento da alínea "c" e dos incisos anteriores, o SINDPD e o SEPRORJ, firmarão convênios com instituições de ensino e de treinamento a fim de credenciá-las para o cumprimento do benefício previsto nesta Cláusula.

§ 5º: Os benefícios abaixo descritos, somente poderão ser concedidos como forma de complementação da cesta de benefícios descrita no § 4º para obediência do valor mínimo previsto no *caput* desta cláusula:

- Ampliação do benefício do Vale-Transporte - para utilização de serviços seletivos e especiais;
- Concessão de Seguro de Vida.

§ 6º: Os benefícios indiretos concedidos aos dependentes do empregado, por solicitação deste, cumprem igualmente a obrigação prevista no *caput* desta Cláusula.

§ 7º: Os benefícios de que trata esta Cláusula não poderão ser fornecidos em moeda nacional ou estrangeira.

§ 8º: Os benefícios indiretos, previstos no *caput* desta Cláusula, serão devidos aos empregados que estiverem no exercício efetivo de suas funções, bem como àqueles que se encontrarem sob licença maternidade e férias.

§ 9º: Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, o benefício indireto concedido na modalidade de Seguro de Assistência Médico Hospitalar será devido aos empregados afastados por motivo de acidente de trabalho ou auxílio doença, durante os 06 (seis) primeiros meses de licença, devendo para tal serem preenchidos os seguinte requisitos:

- a. O empregado deverá ter mais de um ano de vínculo empregatício com a empresa onde ocorreu o acidente ou a doença;
- b. Deverá ser observado um período de carência de 12 meses, contados a partir do retorno do empregado ao trabalho. Caso o primeiro afastamento não complete 6 (seis) meses, ainda que concedido por motivo de licença maternidade, a concessão do benefício durante o segundo afastamento, se dará pelo período remanescente do primeiro afastamento.

§ 10º: Será facultado para os empregados que comprovarem o recebimento do benefício indireto em duplicidade, o direito de requerer, mediante ofício, de qualquer das empresas onde estiver registrado como empregado, o recebimento de benefício diferenciado. Caberá à empresa escolhida pelo

# SINDPD-RJ

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS E  
ORGÃOS PÚBLICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS,  
SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E  
SIMILARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
C.G.C. 29.183.910/0001-39  
FUNDADO EM 04/06/85 RECONHECIDO EM 20/02/86

# SEPRORJ

SINDICATO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA DO ESTADO DO RIO  
DE JANEIRO  
C.G.C. 31.603.145/0001-00  
FUNDADO EM 04/06/87 RECONHECIDO EM 27/01/88

empregado, o direito de opção por quaisquer dos benefícios constantes no parágrafo quarto desta cláusula.

§ 11º: As empresas que optem pela concessão do benefício previsto nesta cláusula, na modalidade de Seguro de Assistência Médico Hospitalar, desde que concedam cobertura para exames, consultas e internação, estarão desvinculadas dos valores fixados no *caput*.

§ 12º: Sem prejuízo do disposto anteriormente e, independentemente do valor concedido, os empregados serão descontados, em seus salários, em até 1% (um por cento) do valor do benefício concedido, devidamente discriminado em rubrica própria no contracheque.

§ 13º: Somente a partir do depósito da presente convenção, as empresas com até 40 (quarenta) empregados poderão, ainda, optar pela concessão do benefício previsto no *caput* com redução de 50% (cinquenta por cento) do valor fixado, correspondente a cada jornada, ou pela sua interrupção, casos em que serão devidos os seguintes abonos indenizatórios a favor do empregado, referente ao período de abril/04 a agosto/05:

I - Para as empresas que optarem pela redução de 50% do valor do benefício será devido o pagamento de R\$ 201,00 (duzentos e um Reais) para jornada de 8 (oito) horas e R\$ 151,00 (cento e cinquenta e um Reais) para as jornadas de 6 (seis) horas.

II - Para as empresa que optarem pela interrupção do fornecimento do benefício será devido o pagamento de R\$ 443,00 (quatrocentos e quarenta e três Reais) para jornada de 8 (oito) horas e R\$ 332,00 (trezentos e trinta e dois Reais) para as jornadas de 6 (seis) horas.

A. O disposto nos parágrafos anteriores permanecem em vigor, nos que lhe for compatível, nos casos de fornecimento do benefício com a redução de 50% (cinquenta por cento).

B. Caberá as empresas estabelecer os critérios de concessão dos abonos indenizatórios estipulados no presente, os quais poderão ser parcelados em até quatro parcelas consecutivas a partir do mês subsequente ao da opção; devendo, independentemente dos critérios utilizados, ser procedida rubrica específica em folha de pagamento ("abono indenizatório previsto na cláusula 9º, § 13º da CCT 2003/2005") e a formal comunicação aos empregados.

C. A interrupção do benefício previsto nesta cláusula não poderá ser aplicada nos casos de fornecimento do Seguro de Assistência Médico Hospitalar, quando o empregado beneficiário tenha mais de um ano de vínculo empregatício e seja portador de moléstia grave, assim compreendidas como aquelas descritas na legislação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

§ 14º: Às empresas que venham a se enquadrar nos termos da presente convenção fica facultada a escolha do modo de fornecimento do benefício (pagamento total, parcial ou interrupção), não cabendo o pagamento do abono indenizatório previsto no parágrafo 13º, mediante comprovação da guia de recolhimento da contribuição sindical laboral.

## **CLÁUSULA 10ª - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS:**

As empresas poderão fixar em caráter voluntário e não obrigatório, em aditamento à presente Convenção, os critérios relativos à Participação nos Lucros e Resultados a ser distribuída aos seus empregados, de forma a cumprir o disposto no art. 7º, inciso XI, da Constituição Federal e a Lei nº 10.101, de 30/11/2000; a ser instituído por comissão formada pelos próprios empregados e empresários, com a participação de representante do sindicato laboral, que deverá, obrigatoriamente, ser convidado a integrar a mesma, sob pena de nulidade de todo o processo, onde

Av. Presidente Vargas, 502 - 12º andar - Centro  
Rio de Janeiro - CEP: 20.075-000  
Tel: (21) 2516-2020 Fax: (21) 2516-5668  
http: www.sindpdj.org.br E-mail: sindpdj@sindpdj.org.br

Rua Buenos Aires, 69 - 32º andar - Centro  
Rio de Janeiro - CEP: 20070-020  
Tel: (21) 39745000 Fax: (21) 39745016  
http: www.seprorj.org.br E-mail: diretoria@seprorj.org.br

# SINDPD-RJ

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS E  
ÓRGÃOS PÚBLICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS,  
SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E  
SIMILARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
C.G.C. 29.183.918/0001-39  
FUNDADO EM 04/06/85 RECONHECIDO EM 20/02/86

# SEPRORJ

SINDICATO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA DO ESTADO DO RIO  
DE JANEIRO  
C.G.C. 31.603.145/0001-00  
FUNDADO EM 04/06/87 RECONHECIDO EM 27/01/88

deverão constar regras claras e objetivas quanto à fixação dos direitos substantivos da antecipação e regras adjetivas, inclusive mecanismos de aferição das informações pertinentes ao cumprimento do acordado, periodicidade de distribuição, período de vigência e prazo para revisão do acordo, bem assim demais critérios e condições, tais como programas de metas, resultados e prazos, pactuados previamente, na forma da legislação pertinente.

## CLÁUSULA 11ª - JORNADA DE TRABALHO:

A jornada de trabalho será de 40 (quarenta) horas semanais, ressalvadas as seguintes jornadas especiais:

- a. Os que trabalham em turno ininterrupto de revezamento terão jornada de 6 (seis) horas diárias e de 36 (trinta e seis) horas semanais, na forma do art. 7º, inciso XIV da Constituição Federal;
- b. Os digitadores, em conformidade com a NR 17, terão jornada de 30 (trinta) horas semanais;
- c. Os empregados que trabalham ininterruptamente no preparo e conferência do setor de entrada de dados terão jornada de 30 (trinta) horas semanais em atividades repetitivas e ininterruptas, combinada com jornada de 10 (dez) horas em outra função que não exija esforços repetitivos, divididas tais jornadas, igualmente, pelos dias trabalhados;
- d. A jornada diária dos digitadores e a parcial de 30 (trinta) horas dos empregados caracterizados pela alínea "c" deverá observar a seguinte conformação:
  - 50 minutos de trabalho por 10 minutos de descanso;
  - 50 minutos de trabalho por 10 minutos de descanso;
  - 50 minutos de trabalho por 10 minutos de descanso;
  - 10 minutos de descanso por 50 minutos de trabalho;
  - 10 minutos de descanso por 50 minutos de trabalho;
  - 10 minutos de descanso por 50 minutos de trabalho.
- e. As empresas de provimento de acesso à internet; manutenção; assistência técnica e treinamento, poderão, mediante solicitação formal aos sindicatos convenientes, estender a jornada de trabalho em quatro horas, não compreendidas como horas extraordinárias, desde que homologado seu pedido a comissão formada por um representante do Sindpd e outro do Seprorj.

**Parágrafo Único:** Ficam ressalvadas as jornadas especiais inferiores, mais favoráveis aos empregados.

## CLÁUSULA 12ª - ADICIONAL DE HORA EXTRA :

As horas extraordinárias serão remuneradas com adicional de 50% (cinquenta por cento), sobre a hora normal, durante a semana e 100% (cem por cento) nos domingos e feriados, a partir do depósito da presente convenção.

**§ 1º:** Não será devido o pagamento de horas extras quando o excesso de horas de trabalho em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias, na forma do art. 59 § 2º e § 3º da CLT.

HC



# SINDPD-RJ

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS E  
ÓRGÃOS PÚBLICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS,  
SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E  
SIMILARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
C.G.C. 29.183.910/0001-39  
FUNDADO EM 04/06/85 RECONHECIDO EM 20/02/86

# SEPRORJ

SINDICATO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA DO ESTADO DO RIO  
DE JANEIRO  
C.G.C. 31.603.145/0001-00  
FUNDADO EM 04/06/87 RECONHECIDO EM 27/01/88

§ 2º: Quando da ocorrência de horas suplementares a jornada normal de trabalho, a remuneração dessas horas, será feita conforme a norma legal vigente.

§ 3º: Na ocorrência do feriado coincidir com o dia de sábado, os empregados ficam dispensados de compensar aquele dia, durante a semana respectiva.

§ 4º: As horas suplementares, realizadas após o fechamento da folha de pagamento do mês em curso serão pagas em folha de pagamento do mês subsequente.

## CLÁUSULA 13ª - BANCO DE HORAS:

As Empresas poderão criar seu Banco de Horas, obedecidos os seguintes critérios:

A - As horas incluídas no Banco de Horas, deverão ser compensadas ou pagas sempre que atingirem o prazo de 90 (noventa) dias;

B - Serão consideradas como horas extras, as horas que ultrapassarem a oitava hora/dia nas jornadas normais e a sexta hora/dia nas jornadas de seis horas;

C - As horas extraordinárias realizadas em descanso semanal remunerado, (Domingos e feriados nacionais e estaduais) não poderão fazer parte do Banco de Horas, portanto, não poderão ser compensadas e serão pagas com o adicional previsto na Cláusula 12ª ;

D - No caso de rescisão do contrato de trabalho, far-se-á a apuração das horas extras do período efetivamente trabalhado; o mesmo critério será aplicado na hipótese de interrupção ou suspensão do contrato de trabalho;

E - O pagamento das horas extras apuradas na conformidade dos dispositivos supra, poderá mediante acordo entre empregados e empresas, ser efetivado com a concessão de férias complementares correspondentes;

F - As Empresas informarão mensalmente aos seus empregados o volume de horas acumuladas;

G - As empresas deverão comunicar os sindicatos convenientes sua intenção de implementar o Banco de Horas;

H - O empregado que desejar ausentar-se do serviço por motivos pessoais poderá, mediante acordo com a Empresa, efetuar o pagamento das horas ausentes com os critérios de horas extras, sempre com pré-aviso de 72 (setenta e duas) horas; não sendo considerada sua ausência como falta, para todos os efeitos legais;

I - O parâmetro de compensação de horas será entendido como: 1 (uma) hora trabalhada, por 1 (uma) hora compensada;

J - O Sindpd/RJ realizará assembléia com os trabalhadores das empresas com mais de 100 (cem) trabalhadores e elegerá um representante com a função de fiscalizar a execução do Banco de Horas, gozando o mesmo da garantia de emprego definida para a CIPA.

## CLÁUSULA 14ª - ADICIONAL NOTURNO:

As horas trabalhadas entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 06 (seis) horas da manhã do dia subsequente serão remuneradas com uma sobretaxa de 30% (trinta por cento), considerada, para tal efeito, a hora noturna composta de 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos.

## CLÁUSULA 15ª - SOBREAVERSO:

O empregado quando escalado para o regime de sobreaviso, através de notificação expressa da empresa, mediante utilização de BIP, rádio-chamada ou outro meio de comunicação; fará jus ao

# SINDPD-RJ

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS E  
ÓRGÃOS PÚBLICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS,  
SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E  
SIMILARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
C.G.C. 29.183.910/0001-39  
FUNDADO EM 04/06/85 RECONHECIDO EM 20/02/86

# SEPRORJ

SINDICATO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA DO ESTADO DO RIO  
DE JANEIRO  
C.G.C. 31.603.145/0001-00  
FUNDADO EM 04/06/87 RECONHECIDO EM 27/01/88

recebimento do percentual de 35% (trinta e cinco por cento) da hora normal durante o período em que permanecer nessa situação.

**Parágrafo Único:** O percentual de remuneração previsto no *caput* desta Cláusula, não se aplicará quando o sobreaviso se converter em serviço efetivamente prestado, hipótese em que será devida a hora extraordinária.

## CLÁUSULA 16ª - ADIANTAMENTO DO 13º SALÁRIO:

Para os empregados admitidos até 31 de dezembro de 2003, as empresas poderão pagar metade da gratificação de Natal (do ano de 2004) no último dia útil de junho de 2004, tomando-se como base o salário de junho, salvo se o empregado já tiver recebido tal verba por ocasião do gozo de férias ou em circunstâncias que lhe forem mais favoráveis.

## CLÁUSULA 17ª - APOIO AO EMPREGADO COM DEPENDENTE DEFICIENTE:

O empregado que tenha dependente deficiente, poderá ter direito a horário flexível, mediante apresentação de parecer médico, e de comum acordo com a empresa, inclusive para fins de compensação do horário, que não será computado como horas extraordinárias.

## CLÁUSULA 18ª - COMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA:

Em caso de concessão de auxílio-doença pela Previdência Social, fica assegurada ao empregado complementação direta, ou seguro, não integrada ao salário, em valor equivalente a 50 % (cinquenta por cento) da diferença apurada entre a importância recebida do INSS e o salário recebido mensalmente, nos 6 (seis) primeiros meses da licença.

§ 1º: A concessão do benefício desta Cláusula será devida aos empregados com mais de 1 (um) ano de vínculo empregatício.

§ 2º: O pagamento previsto nesta Cláusula deverá ocorrer junto com o dos demais funcionários.

§ 3º: Para concessão, em novo benefício, da complementação a que se refere o *caput* desta cláusula, haverá uma carência de 12 (doze) meses de trabalho, contados a partir do retorno da licença, entre um e outro benefício do auxílio-doença.

## CLÁUSULA 19ª - DESPESAS FUNERÁRIAS:

Em caso de morte do empregado(a), serão pagos pela empresa a quantia de R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa Reais), para fazer face às despesas com funeral, ou poderá a empresa optar pela contratação de seguro de assistência funeral que garanta o atendimento básico em caso de falecimento de seus empregados.

## CLÁUSULA 20ª - AUSÊNCIAS LEGAIS:

As ausências legais a que aludem os incisos I, II e III do art. 473 da CLT, por força da presente Convenção Coletiva de Trabalho, ficam assim fixadas:

I - 03 (três) dias úteis consecutivos, em caso de falecimento do cônjuge, ascendente ou descendente;

II - 05 (cinco) dias úteis consecutivos, em virtude de casamento;

III - 01 (um) dia útil em caso de internação hospitalar do cônjuge, ascendente ou descendente, sendo que, em caso de necessidade de mais dias, o empregado poderá ter direito a horário flexível.

Av. Presidente Vargas, 592 - 12º andar - Centro  
Rio de Janeiro - CEP: 20.071-900  
Tel: (21) 2516-2620 Fax: (21) 2516-5668  
http: www.sindpd.org.br E-mail: sindpd@sinpd.org.br

Rua Buenos Aires, 66 - 3º andar - Centro  
Rio de Janeiro - CEP: 20.070-020  
Tel: (21) 39745000 Fax: (21) 39745016  
http: www.semprorj.org.br E-mail: diretorio@semprorj.org.br

# SINDPD-RJ

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS E  
ÓRGÃOS PÚBLICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS,  
SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E  
SIMILARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
C.G.C. 29.183.910/0001-39  
FUNDADO EM 04/06/85 RECONHECIDO EM 20/02/86

# SEPRORJ

SINDICATO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA DO ESTADO DO RIO  
DE JANEIRO  
C.G.C. 31.603.145/0001-00  
FUNDADO EM 04/06/87 RECONHECIDO EM 27/01/88

estabelecido de comum acordo com a empresa, devendo compensar as horas ausentes, não oneradas tais compensações, com os acréscimos relativos às horas extraordinárias, quando não ultrapassarem a jornada normal.

§ 1º: Entende-se por ascendente o pai e a mãe e, por descendente, os filhos, na conformidade da Lei Civil.

§ 2º: Para o empregado fazer jus às licenças previstas no *caput* desta Cláusula, terá de apresentar documento comprobatório até 48 (quarenta e oito) horas após o retorno ao trabalho.

## CLÁUSULA 21ª - DAS LICENÇAS

As empresas concederão ao(à) empregado(a), desde que devidamente comprovado:

I - 05 (cinco) dias de licença ao empregado e 30 (trinta) dias de licença à empregada que legalmente adotar criança menor de 6 (seis) anos de idade;

II - 05 (cinco) dias de licença paternidade, de acordo com o ato das disposições transitórias, art. 10º, inciso II, § 1º, da Constituição Federal;

III - 120 (cento e vinte) dias de licença gestante de acordo com o art. 7º, inciso XVIII, da Constituição Federal;

IV - Para amamentar o próprio filho, até que este complete 6 (seis) meses de idade, a mulher terá direito, durante a jornada de trabalho, a dois intervalos de meia hora ou será facultado à empregada sair 1 (uma) hora antes ou entrar 1 (uma) hora depois, sendo sua jornada de oito horas, e proporcionalmente nas jornadas menores.

**Parágrafo Único:** Quando o exigir a saúde do filho, o período de 6 (seis) meses previsto no inciso IV desta Cláusula será dilatado, desde que haja prescrição médica.

## CLÁUSULA 22ª - ABONO ESTUDANTE:

Mediante aviso prévio de 48 (quarenta e oito) horas, será compensada a falta do empregado estudante, matriculado em curso regular e curricular, no dia de prova escolar obrigatória, desde que comprovada sua realização em dia e hora incompatíveis com o comparecimento do empregado ao serviço. A compensação desta falta será acordada entre as partes e não será computada como horas extraordinárias para todos os efeitos legais.

**Parágrafo Único:** A comprovação da prova escolar obrigatória deverá ser efetuada por meio de declaração escrita do estabelecimento de ensino. Com relação ao exame vestibular para ingresso em instituição de ensino superior, as faltas serão abonadas segundo dispõe o inciso VII do art. 473 da CLT, cuja comprovação se dará mediante a apresentação da respectiva inscrição e do calendário dos referidos exames, publicado pela imprensa ou fornecido pela própria escola.

## CLÁUSULA 23ª - ACESSO À PRODUÇÃO DIÁRIA:

Para cumprimento da NR17, será disponibilizada, para consulta, a produção diária de cada digitador.

Av. Presidente Vargas, 302 - 32º andar - Centro  
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20.071-000  
Tel: (21) 2516-2620, Fax: (21) 2516-2608  
http://www.sindpd.org.br e-mail: sindpd@sinpd.org.br

Rua Buenos Aires, 68 - 32º andar - Centro  
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20070-020  
Tel: (21) 3974-0900, Fax: (21) 3974-5016  
http://www.seprorj.org.br E-mail: diretorio@seprorj.org.br



# SINDPD-RJ

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS E  
ÓRGÃOS PÚBLICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS,  
SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E  
SIMILARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
C.G.C. 29.183.910/0001-39  
FUNDADO EM 04/06/85 RECONHECIDO EM 20/02/86

# SEPRORJ

SINDICATO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA DO ESTADO DO RIO  
DE JANEIRO  
C.G.C. 31.603.145/0001-00  
FUNDADO EM 04/06/87 RECONHECIDO EM 27/01/88

## CLÁUSULA 24ª - EMISSÃO CAT:

Quando os trabalhadores acusarem sintomas de lesões por esforços repetitivos (LER) será obrigatório o preenchimento da CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho) pela empresa; no caso de omissão desta, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da solicitação por escrito, fica autorizado o preenchimento pelo próprio solicitante, o que será dado como firme e valioso pela empresa, de acordo com o art. 22º, parágrafo primeiro da Lei 8.213, de 24/06/91.

§ 1º: Todo trabalhador que vier a apresentar lesão, devido à doença ocupacional, deverá ser reaproveitado pela empresa em outra atividade, após o retorno da licença médica do INSS.

§ 2º: Ficam obrigadas as empresas a fornecer, no prazo de 30 (trinta) dias, às entidades sindicais patronal e laboral cópia da CAT emitida conforme previsto no *caput* desta Cláusula, após a caracterização da doença ocupacional pelo INSS.

## CLÁUSULA 25ª - EXAME MÉDICO DEMISSIONAL E PCMSO:

Acordam as partes, em complementação à Norma Regulamentadora nº 7 (NR-7), que será dispensada a realização de exame médico demissional para os empregados cujo desligamento da empresa venha a ocorrer até 270 (duzentos e setenta) dias do último exame médico ocupacional, nos termos da Portaria SSSST nº 8/96.

## CLÁUSULA 26ª - MÉDICO COORDENADOR:

Observando as disposições da Portaria nº 8 de 08/05/96, que altera a NR-7 - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, no seu item 7.3.1.1, ficam as empresas ali enquadradas, desobrigadas de indicar e manter a figura do médico coordenador.

## CLÁUSULA 27ª - GARANTIA NO EMPREGO:

Gozarão de garantia temporária de emprego, salvo por motivo de justa causa para demissão:

- Por 90 (noventa) dias, os empregados que adotarem, legalmente, menor de até 6 (seis) anos de idade e que tenham expressamente notificado à empresa, mediante apresentação de prova da decisão judicial, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da data de sua emissão;
- Por 90 (noventa) dias, o pai, após o nascimento do filho, desde que a certidão respectiva tenha sido entregue à empresa no prazo máximo de 15 (quinze) dias da data do parto;
- Por 90 (noventa) dias, a empregada, nos casos de aborto previstos em lei, desde que o atestado médico comprobatório tenha sido entregue à empresa no prazo máximo de 15 (quinze) dias da data da ocorrência do aborto.

**Parágrafo Único:** A empresa poderá dispensar o empregado, no curso do período em que o mesmo desfruta das garantias temporárias previstas nas alíneas "a", "b" e "c" desta Cláusula, devendo, neste caso, considerar como aviso prévio o período restante, coberto por ditas garantias, desde que não seja menor que o aviso prévio legal, caso em que este prevalece.

## CLÁUSULA 28ª - ESTABILIDADE PROVISÓRIA:

Gozarão de estabilidade provisória, salvo por motivo de justa causa para demissão:

Av. Presidente Vargas, 562 - 12º andar - Centro  
Rio de Janeiro - CEP: 20.071-000  
Tel: (21) 2516-2620 Fax: (21) 2516-3668  
http://www.sindpd.org.br E-mail: sindpd@indpd.org.br

Rua Buenos Aires, 66 - 52º andar - Centro  
Rio de Janeiro - CEP: 20070-620  
Tel: (21) 397-5979 Fax: (21) 397-45010  
http://www.sepror.org.br E-mail: abselotia@sepror.org.br

# SINDPD-RJ

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS E  
ORGÃOS PÚBLICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS,  
SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E  
SIMILARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
C.G.C. 29.183.910/0001-39  
FUNDADO EM 04/06/85 RECONHECIDO EM 20/02/86

# SEPRORJ

SINDICATO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA DO ESTADO DO RIO  
DE JANEIRO  
C.G.C. 31.603.145/0001-00  
FUNDADO EM 04/06/87 RECONHECIDO EM 27/01/88

- A gestante, desde a constatação da gravidez, até 120 (cento e vinte) dias após o término da licença maternidade; desde que durante este período não pratique atos de improbidade; desídia no desempenho de suas funções; indisciplina; insubordinação;
- O empregado, por 90 (noventa) dias após ter recebido alta médica, que por doença tenha ficado afastado por tempo igual ou superior a 60 (sessenta) dias e tenha mais de 9 (nove) meses de vínculo empregatício com a empresa, anterior ao afastamento;
- O empregado, por 12 (doze) meses imediatamente anteriores à complementação de tempo para aposentadoria pela Previdência Social, que tiver no mínimo de 3 (três) anos de vínculo empregatício com a empresa;
- O empregado, por 12 (doze) meses, quando reaproveitado por motivo de acidente de trabalho.

§ 1º: Quanto aos empregados na proximidade da aposentadoria, de que trata a alínea "c" desta Cláusula, deve-se observar que a estabilidade provisória será adquirida a partir do recebimento, pela empresa, de comunicação do empregado, por escrito, sem efeito retroativo, noticiando reunir ele as condições previstas. A estabilidade se extinguirá, se a aposentadoria não for requerida imediatamente após completado o tempo mínimo necessário à sua aquisição.

§ 2º: A estabilidade provisória, prevista nesta cláusula, não compreende, também, os casos de extinção do contrato de trabalho por motivo de força maior.

## CLÁUSULA 29ª - FÉRIAS:

O início das férias, individuais ou coletivas, não poderá cair nos sábados, domingos, feriados ou dias já compensados.

**Parágrafo Único:** Será informado pela empresa, ao empregado, com 30 (trinta) dias de antecedência, o início do gozo de suas férias.

## CLÁUSULA 30ª - REDUÇÃO DE JORNADA NO CUMPRIMENTO DO AVISO PRÉVIO:

O horário normal de trabalho do empregado, durante o prazo do aviso será reduzido de duas horas diárias, sem prejuízo do salário integral.

**Parágrafo Único:** É facultado ao empregado trabalhar sem a redução das 2 (duas) horas diárias previstas nesta cláusula, caso em que poderá faltar ao serviço por sete dias corridos sem prejuízo do salário integral.

## CLÁUSULA 31ª - FUSÃO DE EMPRESAS:

Em caso de fusão de empresas, nos termos do artigo 10º da CLT, os empregados serão beneficiados com as cláusulas mais favoráveis, observada a isonomia funcional e salarial, assegurados os direitos dos estáveis.

## CLÁUSULA 32ª - SUBSTITUIÇÃO:

Fica garantido ao empregado admitido para função de outro, dispensado sem justa causa, igual salário ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais.

Av. Presidente Vargas, 562 - 12º andar - Centro  
Rio de Janeiro - CEP: 20071-000  
Tel: (21) 2516-2920 Fax: (21) 2516-5668  
http: www.sindpdj.org.br E-mail: sindpdj@uol.com.br

Rua Buenos Aires, 32º andar - Centro  
Rio de Janeiro - CEP: 20070-020  
Tel: (21) 39743000 Fax: (21) 39743016  
http: www.seprorj.org.br E-mail: diretoria@seprorj.org.br

# SINDPD-RJ

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS E  
ÓRGÃOS PÚBLICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS,  
SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E  
SIMILARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
C.G.C. 29.183.910/0001-39  
FUNDADO EM 04/06/85 RECONHECIDO EM 20/02/86

# SEPRORJ

SINDICATO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA DO ESTADO DO RIO  
DE JANEIRO  
C.G.C. 31.603.145/0001-00  
FUNDADO EM 04/06/87 RECONHECIDO EM 27/01/88

**Parágrafo Único:** Em caso de substituição eventual, por período superior a 30 (trinta) dias, o substituto receberá desde o primeiro dia e somente enquanto perdurar a situação, uma gratificação de substituição, correspondente à diferença entre o seu salário-básico e o menor salário da função. Essa gratificação de substituição não se integrará ao salário-básico do substituto para nenhum efeito.

## CLÁUSULA 33ª - HOMOLOGAÇÃO DE DEMISSÃO:

A empresa se apresentará perante o SINDPD-RJ ou órgão competente, para a realização do ato homologatório da rescisão contratual dos empregados demitidos, no prazo e condições previstos por Lei, salvo as seguintes disposições:

§ 1º: O ato de homologação deverá ser realizado impreterivelmente no primeiro dia útil após o encerramento do período do aviso prévio, quando efetivamente trabalhado, seja qual for a natureza da demissão, ou, até o décimo dia após o último dia da prestação do serviço quando da dispensa sem justa causa, por iniciativa do empregador, sob pena do pagamento de multa a favor do empregado em valor equivalente à sua maior remuneração;

§ 2º: Não comparecendo o empregado, quando da homologação, a empresa dará conhecimento do fato ao SINDPD-RJ, mediante comprovação do envio da carta, comunicado ou telegrama de notificação do ato, o que a desobrigará do cumprimento do disposto no caput desta Cláusula;

§ 3º: As obrigações aqui estatuídas deixarão de ter validade no caso do SINDPD/RJ não apresentar agenda factível para as homologações das rescisões, ou nos casos previstos na IN/SRT nº 03 de 2002 expedida pelo MTE.

## CLÁUSULA 34ª - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTE SINDICAL:

As empresas, em conjunto, liberarão até 3 (três) dirigentes sindicais, para ficarem à disposição do SINDPD-RJ, sem ônus para o mesmo.

§ 1º: Somente estarão obrigadas as empresas com mais de 100 (cem) empregados, sendo no máximo 1 (um) por empresa.

§ 2º: Fica facultado ao SINDPD-RJ, a escolha dos dirigentes sindicais a serem liberados, devendo ser respeitado o disposto no parágrafo anterior.

## CLÁUSULA 35ª - ACESSO LIVRE DO DIRIGENTE SINDICAL:

Ao dirigente sindical será permitida a visita às empresas, conforme agenda firmada entre as partes, para cumprimento das atividades inerentes à sua função, de forma a não prejudicar o funcionamento e a ordem na empresa.

**Parágrafo Único:** A empresa disponibilizará data, hora e local para o estabelecido no caput desta Cláusula.

## CLÁUSULA 36ª - DELEGADOS SINDICAIS:

Segundo lhe faculta o § 2º do art. 517 da CLT, o SINDPD-RJ instituirá delegacias ou seções, localizadas, cada uma, nas cidades de Campos dos Goytacazes, Volta Redonda e Niterói, que terão como objetivo, a proteção não só dos associados, mas de toda a categoria, a melhoria das relações

# SINDPD-RJ

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS E  
ORGÃOS PÚBLICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS,  
SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E  
SIMILARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
C.G.C. 29.183.910/0001-39  
FUNDADO EM 04/06/85 RECONHECIDO EM 20/02/86

# SEPRORJ

SINDICATO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA DO ESTADO DO RIO  
DE JANEIRO  
C.G.C. 31.603.145/0001-00  
FUNDADO EM 04/06/87 RECONHECIDO EM 27/01/88

do trabalho e a fiscalização quanto ao cumprimento da presente Convenção Coletiva, nas respectivas regiões.

§ 1º: Serão eleitos 3 (três) delegados sindicais, mediante processo eletivo dentre os membros da categoria para exercício de mandato de representação sindical, e gozarão de estabilidade equivalente aos demais dirigentes sindicais;

§ 2º: O SINDPD-RJ, poderá solicitar a liberação das funções normais destes dirigentes sindicais, além dos já liberados pela cláusula 34ª desta CCT, para atuarem como delegados sindicais, arcando o SINDPD-RJ com o ônus de tais liberações.

## CLÁUSULA 37ª - PRESTADORAS DE SERVIÇOS E MÃO-DE-OBRA:

O SINDPD-RJ e/ou o SEPRORJ se comprometem em atuar preventivamente, de forma conjunta ou isoladamente, perante as empresas contratantes de mão-de-obra terceirizada, sejam de que natureza jurídica for, inclusive cooperativas, no intuito de assegurar direitos e garantias legais, bem como, o cumprimento das cláusulas constantes da presente convenção coletiva.

## CLÁUSULA 38ª - DIA DO TRABALHADOR DE INFORMÁTICA:

A terceira segunda-feira do mês de outubro será considerada feriado para os empregados em empresas atuantes no setor de informática e tecnologia da informação.

**Parágrafo Único:** É facultado as empresas, mediante acordo formal com seus empregados, a substituição do dia mencionado no *caput* por outro de melhor conveniência para ambas as partes, na mesma proporção e sem a incidência de hora extraordinária.

## CLÁUSULA 39ª - DA OBRIGATÓRIA DIVULGAÇÃO DA CCT:

As Empresas disponibilizarão em seus quadros de avisos ou qualquer forma eletrônica, cópia da CCT.

## CLÁUSULA 40ª - CONTRIBUIÇÃO PARA FORTALECIMENTO SINDICAL LABORAL:

A empresa procederá a desconto em folha de pagamento do mês de abril de 2004, de seus empregados não sindicalizados, o importe de 1% (um por cento), em benefício do SINDPD-RJ, conforme deliberação da assembléia dos trabalhadores, na forma do art. 8º inciso IV da Constituição Federal.

§ 1º: Fica assegurado ao empregado que se filiar ao sindicato até o dia 15 (quinze) do mês de abril, o não desconto da contribuição acima. Para tanto, o SINDPD-RJ compromete-se a encaminhar, imediatamente, às empresas, as fichas de sindicalização recebidas;

§ 2º: É facultado ao trabalhador exercer sua oposição ao desconto, através de entrega à empresa de cópia de carta protocolada no Sindicato, com a referida solicitação, até o dia 15 de abril de 2004.;

§ 3º: As empresas terão até o dia 15 do mês de maio de 2004, para repassar os valores ao SINDPD-RJ, mediante depósito bancário, enviando o comprovante de pagamento e a relação dos descontos pelo Fax do SINDPD-RJ (021) 2516.5668, ou entrega na sede do SINDPD-RJ, sito a Av. Presidente Vargas, nº 502, 12º andar, Centro, cujos depósitos deverão ser efetuados no: BANCO ITAÚ nº 341

Av. Presidente Vargas, 392 - 12º andar - Centro  
Rio de Janeiro - CEP: 20.071-000  
Tel: (21) 2516-2620 Fax: (21) 2516-5668  
http: www.sindpd.rj.org.br E-mail: sindpd@indpd.org.br

Rua Buenos Aires, 60 - 12º andar - Centro  
Rio de Janeiro - CEP: 20070-020  
Tel: (21) 39745000 Fax: (21) 39745016  
http: www.seporj.org.br E-mail: direcao@seporj.org.br

Handwritten signatures and initials in blue ink are present at the bottom of the document, including a large signature on the right side and several smaller initials and signatures below the contact information.

# SINDPD-RJ

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS E  
ÓRGÃOS PÚBLICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS,  
SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E  
SIMILARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
C.G.C. 29.183.910/0001-39  
FUNDADO EM 04/06/85 RECONHECIDO EM 20/02/86

# SEPRORJ

SINDICATO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA DO ESTADO DO RIO  
DE JANEIRO  
C.G.C. 31.603.145/0001-00  
FUNDADO EM 04/06/87 RECONHECIDO EM 27/01/88

AGÊNCIA SANTA RITA nº 0603  
CONTA CORRENTE nº 39779-5

## CLÁUSULA 41ª - RECOLHIMENTO DE MENSALIDADES AO SINDPD-RJ:

As empresas descontarão em folha de pagamento, uma vez autorizado por escrito pelos empregados, o valor de sua mensalidade/contribuição, correspondente a 1% (um por cento) dos salários base, em favor do SINDPD-RJ.

§ 1º: Os valores referentes às mensalidades/contribuições sindicais devidas ao SINDPD-RJ deverão ser repassados através de depósito bancário, enviando-se o comprovante de pagamento e a relação dos descontos à sede do SINDPD-RJ, cujos depósitos deverão ser efetuados no:

BANCO ITAÚ nº 341  
AGÊNCIA SANTA RITA nº 0603  
CONTA CORRENTE nº 39779-5

§ 2º: A relação nominal, contendo a data de admissão, os salários, função, valor recolhido de cada empregado, será enviada ao SINDPD-RJ até o dia 15 do mês subsequente ao mês de competência do pagamento.

§ 3º: O não cumprimento pela empresa do § 1º desta Cláusula implicará o recolhimento da dívida desta com o SINDPD-RJ. Os valores em atraso, quando da regularização, serão acrescidos de multa de 5% (cinco por cento) ao mês, sobre o valor do desconto.

§ 4º: As informações relacionadas no parágrafo segundo serão enviadas, conjuntamente, em uma via impressa e em forma de arquivo de dados por meio magnético.

§ 5º: Compete ao SINDPD-RJ informar às empresas, com antecedência de 15 dias, qualquer alteração no percentual ou valor das mensalidades, bem como os nomes dos empregados que eventualmente manifestarem oposição ao desconto.

## CLÁUSULA 42ª - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL:

As Empresas integrantes da categoria econômica, assim definidas no artigo 511, parágrafo primeiro da CLT, deverão recolher a contribuição confederativa prevista no art. 8º, IV da Constituição Federal, conforme especificado a seguir:

**TABELA DE CONTRIBUIÇÃO**

Capital Social em R\$	Divisão Capital Social por	Parcela a adicionar Valor da Contribuição	Valor da Contribuição
Até 5.000,00	-	-	76,50 (mín)
5.000,01 a 15.000,00	100	26,50	
15.000,01 a 100.000,00	500	146,50	
100.000,01 a 3.000.000,00	1.000	246,50	
3.000.000,01 a 6.000.000,00	1.500	1.246,50	
6.000.000,01 a 10.000.000,00	2.000	2.246,50	
Acima de 10.000.000,00			7.246,50 (máx)

Av. Presidente Vargas, 592 - 12º andar - Centro  
Rio de Janeiro - CEP: 20.071-900  
Tel: (21) 2516-2620 Fax: (21) 2516-5668  
http: www.sindpdri.org.br E-mail: sindpdri@sindpdri.org.br

Rua Buenas Aires, 66 - 37º andar - Centro  
Rio de Janeiro - CEP: 20070-020  
Tel: (21) 3974-5000 Fax: (21) 3974-5016  
http: www.seprorj.org.br E-mail: diretorio@seprorj.org.br



# SINDPD-RJ

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS E  
ÓRGÃOS PÚBLICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS,  
SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E  
SIMILARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
C.G.C. 29.183.910/0001-39  
FUNDADO EM 04/06/85 RECONHECIDO EM 20/02/86

# SEPRORJ

SINDICATO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA DO ESTADO DO RIO  
DE JANEIRO  
C.G.C. 31.603.145/0001-00  
FUNDADO EM 04/06/87 RECONHECIDO EM 27/01/88

- § 1º: A tabela acima mencionada, terá vigência a partir de 01 de janeiro de 2004;
- § 2º: Entende-se por categoria econômica o conjunto de empresas, com sede, matriz, filial, sucursal ou equivalente fixada no Estado do Rio de Janeiro, enquadradas na representação sindical do SEPRORJ, assim compreendidas como aquelas que prestam serviços técnicos correlatos, afins e/ou similares baseados em tecnologia da informação, tais como processamento de dados; produtoras de software; desenvolvedoras de sistemas; consultorias em informática; ensino e treinamento de informática; controle de processos; distribuição/comercialização/revenda de hardware e software; provedoras de acesso/conteúdo/aplicação de internet; dentre outros;
- § 3º: Fica reservado, a direção do SEPRORJ, o direito de atualização e/ou correção da presente tabela, através de assembléia geral especificamente convocada;
- § 4º: As empresas associadas, com direito a voto nas assembléias gerais, tem o direito de optar pelo pagamento da contribuição prevista no caput na forma de mensalidade de associados, regularmente aprovada na assembléia geral ordinária que ocorre no mês de abril de cada ano;
- § 5º: O cálculo para pagamento da referida contribuição será feito com base no capital social da empresa. Para as que não estejam obrigadas ao registro do capital social, bem como para aquelas com sucursais, filiais, agências ou correlatas no Estado do Rio de Janeiro, o cálculo deverá ser feito através da aplicação do percentual de 40% (quarenta por cento) sobre o movimento econômico registrado no exercício imediatamente anterior;
- § 6º: O recolhimento da contribuição deverá ser efetuado até o último dia útil do mês junho de cada ano, por meio de boleto bancário pré-emitado pelo SEPRORJ;
- § 7º: Havendo qualquer mudança, o SEPRORJ, deverá proceder as informações cabíveis em tempo hábil;
- § 8º: Os recolhimentos fora do prazo legal, serão acrescidos de multa de 2% (dois por cento) e de juros de 1% (um por cento) por mês de atraso.

## CLÁUSULA 43ª - CONTRIBUIÇÃO PARA FORTALECIMENTO DO SINDICATO PATRONAL:

As Empresas integrantes da categoria econômica representada pelo Seprorj, constituídas pelas Empresas prestadoras de serviços ou de mão de obra, de qualquer natureza, ligadas à área de informática, incluindo-se as que mantiverem contratos de terceirização para prestação de serviços relacionados à categoria no Estado do Rio de Janeiro, recolherão em favor desta entidade, a título de Contribuição Negocial, o valor correspondente ao importe de 1% (um por cento) sobre o total de suas folhas de pagamento relativas aos meses de abril de 2004 e de 2005.

- § 1º: Tal recolhimento deverá ser feito no dia 12 do mês de maio dos anos de 2004 e 2005.
- § 2º: As Contribuições deverão ser recolhidas através de boleto bancário específico, que poderá ser retirado na sede da Entidade ou através do site : <http://www.seporj.org.br>.
- § 3º: O atraso no recolhimento, acarretará multa de 10% (dez por cento), sem o prejuízo dos juros legais.
- § 4º : As empresas associadas, com direito a voto nas assembléias gerais, tem o direito de optar pelo pagamento da contribuição prevista no caput na forma de mensalidade de associados, regularmente aprovada na assembléia geral ordinária que ocorre no mês de abril de cada ano.

# SINDPD-RJ

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS E  
ÓRGÃOS PÚBLICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS,  
SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E  
SIMILARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
C.G.C. 29.183.910/0001-39  
FUNDADO EM 04/06/85 RECONHECIDO EM 20/02/86

# SEPRORJ

SINDICATO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA DO ESTADO DO RIO  
DE JANEIRO  
C.G.C. 31.603.145/0001-00  
FUNDADO EM 04/06/87 RECONHECIDO EM 27/01/88

## **CLÁUSULA 44ª - MULTA PELO DESCUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO COLETIVA:**

Se violada qualquer Cláusula desta Convenção, ficará o infrator obrigado a multa igual a R\$ 90,00 (noventa Reais), a favor do empregado que sofreu a infração, devida como crédito na ação trabalhista, quando da execução, caso a decisão judicial, transitada em julgado, tenha reconhecido a infração, sendo a multa devida por empregado.

## **CLÁUSULA 45ª - EMPRÉSTIMO DE FÉRIAS:**

No retorno das férias anuais do empregado que houver recebido adiantamento de férias, poderá ser concedido um empréstimo, a critério do empregador, cuja base de cálculo será o valor correspondente ao da remuneração do mês em referência, que será pago mediante desconto em folha, em 08 (oito) parcelas iguais e sucessivas nos meses subsequentes.

## **CLÁUSULA 46ª - AUTORIZAÇÃO DE DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO DE EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTOS:**

Desde que autorizadas por seus Empregados, ficam as Empresas incumbidas de proceder aos descontos em folha de pagamento dos valores referentes ao pagamento das prestações dos empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, aos respectivos empregados, desde que regidos pela CLT e nos exatos termos da MP nº 130 e Decreto nº 4.840, ambos de 17 de setembro de 2003.

**Parágrafo Único :** Com fulcro, em especial nos incisos I e II do art. 3º e nos parágrafos 1º, 2º, 4º e 5º do art. 4º da MP 130 de 17 de setembro de 2003 e dos parágrafos 1º, 2º, 4º e 6º do art. 4º e o inciso I do art. 5º do Decreto 4.840 de 17 de setembro de 2003, os Sindicatos convenientes ficam autorizados a apresentar as Empresas ora representadas pelo SEPRORJ, acordo firmado com Instituição Consignatária, utilizando-se dos melhores critérios e condições de taxas e prazos a fim de viabilizar e agilizar a aplicação dos referidos diplomas legais, aos empregados que dele desejarem se utilizar.

## **CLÁUSULA 47ª - DOENÇAS PROFISSIONAIS – MEDIDAS DE PROTEÇÃO:**

As empresas promoverão a proteção e prevenção à doenças profissionais, adequando o ambiente de trabalho às seguintes medidas:

- fornecimento de cadeira regulável na altura do assento a fim de possibilitar uma posição adequada ao Digitador ante a máquina;
- manutenção da temperatura no ambiente de trabalho nos níveis propícios.

## **CLÁUSULA 48ª - REDUÇÃO DE STRESS:**

Recomenda-se a adoção das seguintes medidas com o fito de reduzir o stress:

- música ambiente;
- plantas nos locais de digitação;
- posicionamento do equipamento, possibilitando maior integração;
- reunião com frequência nos setores para discussão dos problemas de cada equipe;
- cores neutras, destacando-se pelo verde e evitando-se o branco, o cinza e o preto;
- adoção de exames de saúde periódicos que levem em conta fatores específicos da função exercida pelo trabalhador, com o objetivo de diagnosticar, previamente, doenças profissionais;

# SINDPD-RJ

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS E  
ORGÃOS PÚBLICOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS,  
SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E  
SIMILARES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
C.G.C. 29.183.910/0001-39  
FUNDADO EM 04/06/85 RECONHECIDO EM 20/02/86

# SEPRORJ

SINDICATO DAS EMPRESAS DE INFORMÁTICA DO ESTADO DO RIO  
DE JANEIRO  
C.G.C. 31.603.145/0001-00  
FUNDADO EM 04/06/87 RECONHECIDO EM 27/01/88

g) proibição do ato de fumar no ambiente de digitação.

## CLÁUSULA 49ª - CIPA:


As empresas representadas pelas entidades patronais providenciarão a instalação da CIPA, quando exigível pela legislação vigente.

## CLÁUSULA 50ª - UTILIZAÇÃO DE CONTROLE DE FREQUÊNCIA DE PONTO ELETRÔNICO:


Fica reconhecida, pela presente convenção, a utilização de ponto eletrônico pelas Empresas, desde que o funcionário assine o resumo da marcação eletrônica por ocasião do recebimento de seu salário.

Rio de Janeiro, 02 de abril de 2004 .

Pelo SEPRORJ

  
Benito L. Diaz Paret  
Presidente

  
José Carlos L. Régio  
Diretor

  
Cristina da Silva Rodrigues  
Diretora


  
Dr. Antônio Carlos Batista da Costa  
OAB/RJ nº 82.257


Pelo SINDPD-RJ


  
Nilce Rocha Oliveira  
Presidente

  
Marco Aurelio G. da Silva  
Diretor

  
Márcio Diniz Gomes  
Diretor

  
Sérgio da Silva Barros  
Diretor

  
Mª da Conceição R. Queiroz  
Diretora

  
Dr. Gilberto Baptista da Silva  
OAB/RJ nº 74.756